

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.604.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	367.314.983,38	0,048139%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	562.546.782,29	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	534.419.443,18	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	506.292.104,06	0,066353%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 12/05/2021, às 13 hs.

Notas: A consulta extraída para a elaboração deste Relatório considerou a unidade orçamentária, conforme retificação do Acórdão 3.376/2012-TCU-Plenário, por meio do Processo nº TC-015.303/2012-8.

Em atendimento ao Acórdão nº 3241/2020 - TCU, os valores relativos às despesas de exercícios anteriores foram ajustados, sendo deduzidos do saldo apresentado as despesas do elemento 92 mas cujo fato gerador ocorreu dentro do período de apuração do relatório, sendo R\$ 40.516,58 no mês de janeiro, R\$ 240.469,55 em fevereiro, R\$ 28.785,75 em março e R\$ 86.193,80 em abril.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/20 A ABR/21

ANEXO II

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	499.898.122,31
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	132.583.138,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	367.314.983,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		763.023.604.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,048139%		
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III		% DA RCL	VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	0,073800%	563.111.419,75
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	0,073726%	562.546.782,29
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	-	-
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJ/2015	Ato decorrente:	-	-

¹ As Resoluções CNJ 26/2006 e 177/2013 não alteraram o limite do Supremo Tribunal Federal.

MÔNICA MARIA GOMIDE MADRUGA RIBEIRO
Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Auditor-Chefe

EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO
Diretor-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 339, DE 25 DE MAIO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o contido no Acórdão nº 553/2017 TCU-Plenário e no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000004283-8, resolve:

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2021 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUÍS ROBERTO BARROSO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS													
	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.747.251,35	24.126.149,48	23.855.759,50	23.560.334,10	24.089.098,49	24.412.699,17	38.880.163,19	28.189.410,57	34.344.677,33	22.755.509,02	24.303.273,53	24.128.725,61	316.393.051,34	19.307.287,67
Pessoal Ativo	18.620.637,15	18.838.989,86	18.723.573,59	18.440.640,49	18.972.344,38	19.120.559,71	31.164.625,35	23.041.687,27	26.669.171,48	17.617.544,27	19.172.337,88	19.011.829,53	249.393.940,96	16.700.186,55
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.490.367,89	15.697.794,81	15.576.192,95	15.305.419,65	15.811.648,85	16.038.863,70	24.943.873,84	19.867.352,52	23.519.364,13	15.930.218,66	16.020.268,07	15.858.720,44	210.060.085,51	15.977.949,02
Obrigações Patronais	3.130.269,26	3.141.195,05	3.147.380,64	3.135.220,84	3.160.695,53	3.081.696,01	6.220.751,51	3.174.334,75	3.149.807,35	1.687.325,61	3.152.069,81	3.153.109,09	39.333.855,45	722.237,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.126.614,20	5.287.159,62	5.132.185,91	5.119.693,61	5.116.754,11	5.292.139,46	7.715.537,84	5.147.723,30	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.116.896,08	66.999.110,38	2.607.101,12
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.839.673,55	3.997.333,46	3.843.765,08	3.827.851,51	3.825.065,77	4.006.914,47	5.760.525,40	3.819.563,65	5.712.043,49	3.776.144,31	3.800.153,11	3.785.857,10	49.994.890,90	619.481,83
Penções	1.286.940,65	1.289.826,16	1.288.420,83	1.291.842,10	1.291.688,34	1.285.224,99	1.955.012,44	1.328.159,65	1.963.462,36	1.361.820,44	1.330.782,54	1.331.038,98	17.004.219,48	1.987.619,29
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.126.614,20	5.287.159,62	5.132.185,91	5.119.693,61	5.247.153,10	5.317.689,72	7.540.655,82	2.814.358,16	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.149.709,56	64.679.625,95	3.423.161,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	23.714,33	-	-	-	-	-	-	23.714,33	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	130.398,99	1.835,93	-	78.404,29	-	-	-	32.813,48	243.452,69	867.855,19
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.126.614,20	5.287.159,62	5.132.185,91	5.119.693,61	5.116.754,11	5.292.139,46	7.540.655,82	2.735.953,87	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.116.896,08	64.412.458,93	2.555.306,57



DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.620.637,15	18.838.989,86	18.723.573,59	18.440.640,49	18.841.945,39	19.095.009,45	31.339.507,37	25.375.052,41	26 . 669 .	17 . 617 .	19 . 172 .	18 . 979 .	251 . 713 .	15.884.125,91
									171,48	544,27	337,88	016,05	425,39	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	267.597.551,30	0,035071
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	334.868.168,89	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	318.124.760,44	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	301.381.352,00	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/mai/2021 e hora de emissão 14h.

*Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", foram excluídos os valores de R\$ 9.430,40 e R\$ 1.114,46, nos meses de janeiro e março de 2021, respectivamente, pois a competência pertence ao período de apuração.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				335.700.339,01	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				68.102.787,71	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				267 . 597 . 551,3 0	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763 . 023 . 603 . 538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,03507 1 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,044013%	335.829.578,63
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043969%	335.493.848,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,043887%	334.868.168,89

FONTE : Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/mai/2021 e hora de emissão 14h.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

ADÁIRES AGUIAR LIMA
Secretária de Administração

ÉRIKA DE OLIVEIRA DOS SANTOS SCOZZIERO
Secretária de Auditoria

EDUARDO DEMETRIO BECHARA
Secretário de Planejamento, Orçamento,
Finanças e Contabilidade

Min. LUÍS ROBERTO BARROSO
Presidente do Tribunal

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA TSE Nº 341, DE 26 DE MAIO DE 2021

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1º, inciso II e no art. 60 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 318, de 25 de maio de 2020, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000003658-7, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R\$ 33.383.390,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 33.383.390,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S	E	N	R	M	I	F	VALOR
			S	E	N	R <td>M <td>I <td>F <td></td> </td></td></td>	M <td>I <td>F <td></td> </td></td>	I <td>F <td></td> </td>	F <td></td>	
			F	D	P <td>O <td>U <td>T <td>E <td></td> </td></td></td></td>	O <td>U <td>T <td>E <td></td> </td></td></td>	U <td>T <td>E <td></td> </td></td>	T <td>E <td></td> </td>	E <td></td>	
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								9.312.349
		ATIVIDADES								
02 126	0033 21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional								6.984.262
02 126	0033 21CN 0001	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional - Nacional								6.984.262
			F	3	2	90	0	100		6.984.262
02 061	0033 4269	Pleitos Eleitorais								2.328.087
02 061	0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional								2.328.087
			F	3	2	90	0	100		2.328.087
TOTAL - FISCAL										9.312.349
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										9.312.349